

TEXTO PARA DISCUSSÃO N° 64

EVOLUÇÃO URBANA E FORMAÇÃO ECONÔMICA
DE BELO HORIZONTE

Ralfo Edmundo S. Matos

Março de 1992

332.143:71(815.1)

M433e

1882

Matos, Ralfo Edmundo S.

Evolução urbana e formação econômica de Belo Horizonte /
por Ralfo Edmundo S. Matos. - Belo Horizonte, UFMG/CEDEPLAR,
1992.

39p. - (Texto para discussão/CEDEPLAR; 64)

1. Economia urbana. 2. Belo Horizonte (MG) - Condições eco-
nômicas - História. I. Título. II. Universidade Federal de Mi-
nas Gerais. Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional.
III. Série.

CENTRO DE DESENVOLVIMENTO E PLANEJAMENTO REGIONAL
CEDEPLAR

EVOLUÇÃO URBANA E FORMAÇÃO ECONÔMICA DE BELO HORIZONTE

Ralfo Edmundo S. Matos*

* Professor Assistente do Departamento de Geografia do Instituto de Geociências da UFMG

Março de 1992

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	7
1 OS PRIMEIROS 30 ANOS DE BELO HORIZONTE	8
1.1 A mudança da capital e a planta de Aarão Reis	8
1.2 As primeiras administrações da Capital	10
1.3 As atividades urbanas e a segregação sócio-espacial	13
1.4 A expansão urbana	15
2 O PERÍODO 1930-1950	18
2.1 A reestruturação política e econômica do País	19
2.2 Belo Horizonte e os reflexos da nova ordem nacional	19
2.3 Alguns impactos da II Grande Guerra	23
2.4 O crescimento urbano e a especulação imobiliária	24
3 O PERÍODO 1950-1964	25
3.1 O aprofundamento dos problemas urbanos	25
3.2 O desenvolvimento industrial	28
4 A FASE DOS GOVERNOS MILITARES	30
4.1 Um novo reordenamento institucional	30
4.2 Os novos investimentos industriais	31
4.3 A questão urbana e a configuração da RMBH	33
5 CONCLUSÕES	36
6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	39

ÍNDICE DE FIGURAS

1	Planta cadastral - Arraial de Belo Horizonte, MG, 1894	9
2	Planta geral da Cidade de Minas organizada sobre a planta geodésica, topográfica e cadastral de Belo Horizonte	11
3	As bacias dos rios das Velhas e Paraopeba	26
4	Evolução urbana do aglomerado metropolitano	35

INTRODUÇÃO

Este estudo pretende, de forma sintética e resumida, proceder a uma descrição analítica da história de Belo Horizonte (da fundação até 1980), enfatizando a perspectiva urbanística em sua interação com a variável econômica, tanto a nível local quanto nacional.

O objetivo de tentar reunir sinteticamente elementos importantes da história de Belo Horizonte leva em conta a exigüidade de estudos dessa natureza, dotados de forma e tamanho convenientes ao fácil manuseio e consulta rápida. Contudo, é sobretudo a tentativa de estabelecer uma conexão entre o fenômeno urbano e o fato econômico, a razão primordial que nos conduziu à elaboração desse primeiro trabalho. Estamos cientes das falhas existentes nesta tentativa de justaposição, porquanto os dados existentes sobre essa temática não são abundantes, algumas análises interpretativas exigiriam muito maior tempo de estudos e pesquisas, e o próprio caráter resumido dessas notas nos levou a omitir informações e idéias que, no conjunto, esperamos estarem minimizadas.

A evolução da cidade, enquanto espaço ocupado por atividades e grupos econômico-sociais, será perseguida através de uma sistematização que divide os períodos focalizados de acordo com os eventos políticos e econômicos que redirecionaram a trajetória de desenvolvimento do País. Assim, utilizou-se como marcos referenciais para o estudo, quatro momentos essenciais: o período da fundação de Belo Horizonte até a Revolução de 1930; um segundo período que parte daí até fins dos anos 40 (imediato pós-guerra e emergência de nova constituição); um terceiro que absorve a fase dos governos democráticos até 1964; e o último que examina o período posterior indo até 1980.

Convém explicitar que a decisão de se estabelecer uma nova capital para Minas Gerais se dá em fins do século passado, justamente quando surgem alterações significativas no cenário político e econômico nacional.

O advento da República (1891) e a instauração do Federalismo são sucedâneos do grande incremento da cafeicultura brasileira. Esta, após usar intensivamente a força de trabalho escrava, continuava a exigir contínuos fluxos de trabalhadores braçais, seja oriundos da migração nordestina, ou através da vinda do imigrante europeu aos milhares. Assim, iniciava-se a formação de um mercado de trabalho de características crescentemente urbanas, implantava-se o trabalho assalariado ao lado da extinção da escravidão, enquanto, gradualmente, a própria dinâmica econômica introduzia significativos estímulos à urbanização das principais cidades do Centro-Sul brasileiro, como condição necessária à reprodução do padrão de acumulação de capital que a antiga divisão internacional do trabalho impunha ao País.

1 OS PRIMEIROS 30 ANOS DE BELO HORIZONTE

1.1 A mudança da capital e a planta de Aarão Reis

A mudança da capital tornara-se uma exigência para o desenvolvimento de Minas Gerais. Senão pela precariedade da localização topográfica de Ouro Preto, símbolo da decadência da economia mineira, também pela influência do exterior, que transmitia idéias de modernização, industrialização e planejamento de cidades como Washington D.C., Paris, e Mar del Plata.¹ Apesar da dificuldade de localizar claramente o conteúdo e as metas propostas pelos partidários da mudança da capital para o centro geográfico de Minas, jornais da época como "O Contemporâneo" de Sabará e o mudancista padre "Paraíso" anteviam na implantação da cidade às margens do Rio das Velhas, a formação de um "centro de toda a viação férrea do Estado e o empório da navegação". (Bareto, 1936).

A decisão da localização da nova capital envolveu interesses divergentes entre os grupos políticos regionais. Há indicadores que apontam ter sido a escolha do sítio da freguesia do "Curral del Rei" uma solução de conciliação entre aqueles que postulavam a localização no Vale do Rio Doce, e os que propunham a Várzea do Marçal (em São João del Rei) como local favorito. Assim como há indícios que sugerem ter sido a escolha de Belo Horizonte uma tentativa de boicote de Ouro Preto, que votou a favor desta localização, por não acreditar que no prazo legal de quatro anos se consumasse a construção da capital em local totalmente desprovido de meios de transportes adequados e infraestrutura mínima (Singer, 1977, p.218). (Ver Figura 1).

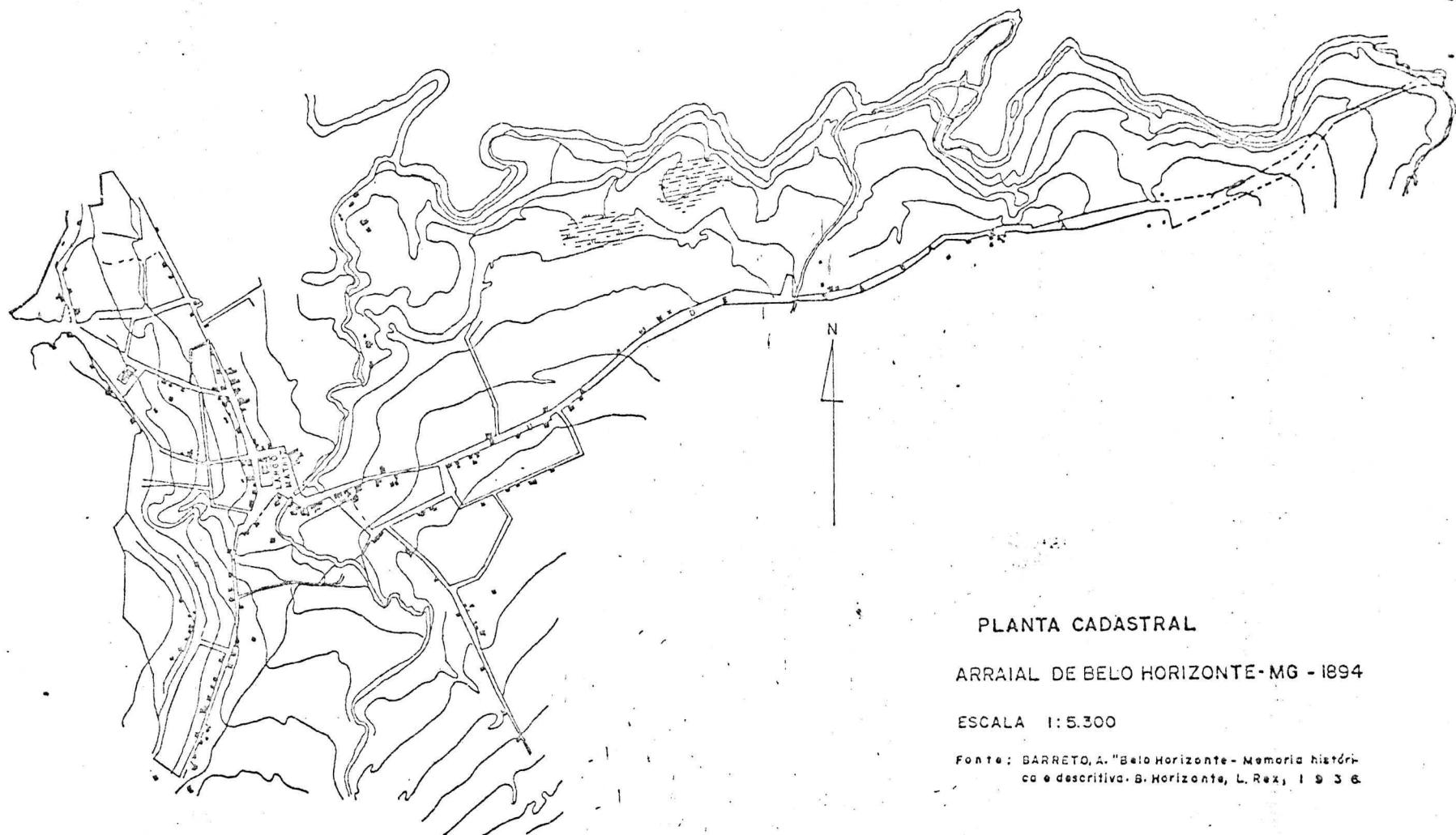
Contudo, foram realizados exaustivos estudos de natureza técnica que sempre consideraram a antiga "Curral del Rei" em boas condições para sediar a nova capital.

A proposta para o traçado de Belo Horizonte pode ser considerada de tipo ortogonal-radial. Tais estruturas, a despeito dos ganhos de funcionalidade, são de difícil adaptação a terrenos acidentados, apresentam ruas que canalizam ventos e geram ofuscamento pelo sol aos transeuntes. O elemento radial induz a uma estrutura rádio-concêntrica, que apesar da aparente facilidade de circulação de veículos, produz, entretanto, o congestionamento no centro e excessiva valorização dos terrenos centrais (Ferrari, 1979, p.297-345).

¹ As idéias de remodelação urbanística e a criação de cidades novas surgem a partir da segunda metade do século XIX, especialmente após os surtos revolucionários que proliferaram em 1848. Na Inglaterra, a industrialização exigiu a força de trabalho próxima às minas de carvão e indústrias do Condado de Londres, resultando subúrbios superpovoados. Com os surtos epidêmicos de cólera na periferia londrina surge uma legislação sanitária (gênese da moderna legislação urbanística), até que em 1890 o "Ato da Habitação das Classes Operárias", vem consolidar uma série de procedimentos e recomendações nesse sentido.

As exigências da ordem capitalista vêm incidir sobre o planejamento das cidades, ensejando a racionalidade circulatória, visando o trânsito mecânico e a mobilidade das forças de segurança. A modernidade tem início em Paris de Napoleão II, através das grandes demolições e reconstrução do centro parisiense. A seguir, Viena, Florença, Barcelona, e cidades dos EUA, vieram se modernizar todas fortemente inspiradas pelo postulado da retícula ortogonal, em meio a grandes avenidas diagonais, parques públicos e majestosos edifícios públicos. Ver Benevolo (1981, p.20-60).

FIGURA 1



A planta da nova capital não poderia fugir à regra geral da época. Aarão Reis desiniu para Belo Horizonte o popularmente conhecido traçado "em xadrez", mais adequado a uma planície, entrecortado por avenidas radiais, dotado de grandes quarteirões quadrados, que determinaram lotes de reduzida frente e grande profundidade, e "por estarem as casas agarradas à frente" permaneciam "vazios e abandonados os quintais de fundos". (Vasconcellos, 1947, p.169). O desenho se revestiu de critérios burocráticos e autoritários, desprezando os aspectos econômicos e elementos sócio-culturais, salientando os palácios e praças ornamentais, ignorando as necessidades da população de baixa renda (PLAMBEL, 1979). (Ver Figura 2).

Em abril de 1906, contava a cidade com sete seções em sua parte urbana, que somadas às seções "suburbanas contíguas, compunham área para uma população de 30.000 almas". (Barreto, 1936, p.405). A zona suburbana projetada com seus 2.493ha, diferentemente da zona urbana, possuia quarteirões irregulares coerentes com a topografia local. Esta zona circundava inteiramente a zona urbana, sendo por sua vez envolvida por uma terceira zona de 1.747,46ha, reservada aos sítios destinados à pequena lavoura (Barreto, 1936, p.242).

Era intenção de Aarão Reis propiciar, através do desenho urbano (privilegiando o eixo norte-sul, atual Av. Afonso Pena), um desenvolvimento da ocupação do centro para a periferia; entretanto a realidade veio afirmar praticamente o contrário, ainda nos primeiros anos da cidade, através da constante tendência do povoamento se dar primeiramente extra-centro.

1.2 As primeiras administrações da Capital

Em dezembro de 1897, apesar das campanhas em sentido contrário, a Capital é inaugurada, já contando com 500 casas (200 de funcionários públicos), iluminação elétrica, serviço de abastecimento de água incluso e uma população calculada em 12.000 habitantes.² O nome de Belo Horizonte, adotado desde 1890, chegou a ser alterado para "Cidade de Minas", sendo em 1901 readotado o nome anterior. Após a inauguração extingue-se a comissão construtora, quando foi escolhido Adalberto Ferraz para o cargo de prefeito do município recém-criado.³

² A população inicial é demasiada se considerarmos o número de prédios; todavia, tanto no perímetro urbano como em seu exterior, existiam inúmeras casas velhas do antigo arraial e milhares de casas e barracões cobertos de capim ou zinco. A "Favela" no alto da estação e o "Leitão" eram duas cidades de casas e barracões de operários. Posteriormente, estes foram alojados no Barro Preto, na Barroca, na Pedreira Prado Lopes, e ainda na Vila Concórdia na década de 20.

³ Adalberto Ferraz encarrega-se da organização administrativa do município, deliberando sobre aquisição de terrenos, aprovação de plantas, expedição de alvarás, aluguel de casas velhas, abertura de hotéis e pensões, restaurantes, etc. Estabelece prazos para a demolição de casas antigas e publica instruções relativas à instalação de indústrias e residências. Ver Barreto (1948, p.143).

FIGURA 2



PLANTA GERAL DA CIDADE DE MINAS ORGANIZADA SOBRE A PLANTA
 GEODÉSICA, TOPOGRÁFICA E CADASTRAL DE BELO HORIZONTE

Fonte: BARRETO, Abílio. Belo Horizonte Memória histórica e descritiva. Belo
 Horizonte, L. Rex, 1936.

ESCALA GRÁFICA
 0 0,5 1 1,5 2 Km

Em 1901 a cidade foi palco de crise econômica e social. Apesar das verbas e auxílios do Estado, a prefeitura vivia o déficit de rendas, faltando recursos para quase tudo. "Operários perambulavam pelas ruas sem trabalho, desde que ficaram rematadas as construções da cidade. Empreiteiros fugiam sem solver seus compromissos com os operários e com o comércio. Verificaram-se algumas falências". (Barreto, 1948, p.182). A crise foi contornada sob a gestão de Bernardo Monteiro (1899-1902), através da emissão de vales, segundo um entendimento prévio com o comércio local para a sua aceitação. Isto permitiu o pagamento das obras, calçamento e arborização de ruas, regularização do serviço dos bondes, etc.

Era bastante precário o comércio na época e praticamente inexistiam indústrias. Durante muitos anos a arrecadação municipal teve como principal fonte de receita os aluguéis de casas de funcionários, as taxas de consumo de eletricidade, e o imposto sobre as indústrias e profissões (Bello Horizonte, s.d.). Com o correr dos anos, os tributos auferidos com o serviço de bondes, energia elétrica, abastecimento de água, entre outros, passaram a suplantar os demais, aumentando assim a capacidade orçamentária do município.

Sob a administração de Alberto Bressane (1902-1905), a cidade contraiu seu primeiro empréstimo com banqueiros de Londres, visando a melhoria dos serviços de iluminação pública, força elétrica, e os de água e esgoto.

Em 1905, a capital mineira possuía cerca de 17.615 habitantes (com 1.825 italianos), várias linhas de bondes percorrendo uma extensão de 18km, e 3.213 prédios construídos nas zonas urbana e suburbana. Até 1911 o número médio de construções anuais girava em torno de 300 unidades (Anuário... 1906).

Os funcionários do governo que, por força de suas funções, tiveram que se transferir, foram contemplados com um lote de terreno, vindo ocupar as casas construídas pela comissão construtora para este fim, ou mesmo casas do antigo arraial desapropriadas para uso do pessoal técnico e administrativo. Os proprietários de Ouro Preto, situados no "perímetro estabelecido para cobrança do imposto predial", também receberam um lote gratuito como compensação pela desvalorização de suas propriedades. Todavia, o ressentimento e desânimo dessas pessoas para com Belo Horizonte era de tal ordem, que cederam a preços ínfimos seus lotes na nova capital a hábeis comerciantes (como o Sr. José F. de Macedo, que após comprar grande número de lotes daqueles, recebeu a alcunha em Belo Horizonte de "José dos lotes"). (Barreto 1936, p.413).

Os lotes e terrenos eram bem pouco valorizados no início da formação de Belo Horizonte. Quando o primeiro prefeito deliberou extinguir os aglomerados de casebres localizados no "Alto da Estação" e no "Leitão", vendeu inúmeros lotes para operários à razão de vinte réis o metro quadrado. Posteriormente a prefeitura cedeu muitos lotes a funcionários ao preço de 5.000 réis a unidade. Os terrenos só viriam sofrer acentuada valorização a partir dos anos vinte (Barreto, 1936, p.273).

Contudo, a cidade já vivia o curioso paradoxo de ter numerosos lotes vagos e, no entanto, um déficit de moradias, especialmente para os operários. Para minorar a situação, o poder público negociou com particulares a construção de casas populares nas ruas Grão Mogol e Alfenas (100 unidades).⁴

Visando estimular as construções civis, promulgaram-se leis que reduziam os impostos (predial, água, luz, esgoto e lixo) para os prédios pertencentes a um mesmo proprietário, destinados a habitação e que não excedessem um certo valor anual na cobrança de aluguéis. Os edifícios deveriam formar "grupos de dois a quatro, sob telhado comum ou separado".⁵ Além disso, procedia-se à venda ou concessão (a particulares e funcionários do Estado) de lotes contíguos, um gratuito e outro pago mensalmente. Os dois lotes tinham um prazo fixado para serem ocupados, só podendo ser alienados após a construção de alguma edificação.⁶

1.3 As atividades urbanas e a segregação sócio-espacial

Para que se desse a fundação da nova capital dentro do prazo exigido por lei, era essencial que se resolvessem os entraves relacionados à mão-de-obra disponível, de baixa qualificação e dispersa pelo território. A solução veio com a utilização do trabalhador imigrante. O Estado teve que despender recursos financeiros na instalação da Hospedaria de Imigrantes, já que era insuficiente o número de moradias e alojamentos coletivos. Apesar do contínuo "levantamento de cafuas e pequenas barracas pelos operários", foram construídas pela comissão construtora casas de pau-a-pique, cobertas de zinco, para famílias e solteiros, alugadas a preços módicos. Convém salientar que era intensa a disputa entre as divisões da "comissão construtora" pela mão-de-obra disponível (Barreto, 1936, p.396).

A segregação dos trabalhadores de baixa renda foi uma constante na vida da Capital. A utilização da força policial para a vigilância e prevenção das ações do proletariado foi comum nos primeiros anos de Belo Horizonte.⁷

⁴ O interesse de particulares em construir casas de aluguel manifesta-se oportuno e frequente. Alberto Bressane & Companhia, o Sr. Leopoldo G. Teixeira (constrói habitações proletárias nas ruas Bonfim e do Ramal), os Srs. Hermílio Alves & Companhia (casas construídas à Rua Pouso Alegre), entre outros são alguns dos nomes de empresários e comerciantes que participam da construção de casas populares de aluguel. Ver Barreto (1936, p.622-623).

⁵ Ver Lei nº 13 de 1904 em Belo Horizonte (s.d.).

⁶ Ver Lei nº 24 de 1907 em Belo Horizonte (s.d.).

⁷ Na coletânea citada na nota 5, podem-se observar várias leis de cunho discriminatório, como a Lei nº 33/1909 que autorizava o deslocamento dos habitantes do "Barro Preto" para "área operária", ou outro local previamente designado; a de nº 28, que exige o pagamento antecipado de impostos aos mascates, ambulantes e negociantes e, ainda, a Lei 51/1911 que denota bem as aspirações do município no tocante às atividades empresariais, ao favorecer a iniciativa particular com a concessão de terrenos gratuitos e outras isenções, desde que os empresários beneficiados empregassem 8000:000\$000 na construção de casas para os operários da cidade.

Em 1912, o número de trabalhadores empregados na indústria já se destacava em relação às outras atividades, ocupando 27% do total da população ativa. Como sede do governo estadual (projetada para este fim), Belo Horizonte tinha um elevado número de funcionários públicos, membros de instituições militares e civis. Todavia, a expressão do operariado já se fizera sentir desde os primeiros anos da cidade pela presença dos trabalhadores da construção civil. Note-se que em maio de 1912 a cidade assistiu à vitória dos grevistas vinculados à construção civil, padarias e algumas fábricas, ao conseguirem a regulamentação da jornada de trabalho fixada em oito horas (Mourão, 1970, p.167).

Conhecida por abrigar estabelecimentos hospitalares (favorecidos por um clima excelente) e de ensino de boa qualidade, Belo Horizonte constituía, na verdade, uma ótima opção para a localização destas atividades, de vez que tornou-se comum a doação de terrenos a instituições religiosas, culturais, etc. Contudo, desde o início, as administrações acalentaram a idéia de transformar a cidade num centro industrial e, por isto mesmo, os maiores benefícios, no que se refere a favores do poder público, sempre foram dirigidos aos empresários que se dispusessem a se fixar na cidade.

Gozando de um inequívoco apoio do governo estadual e da União, rapidamente a capital tornou-se um ponto de referência para as localidades mais próximas, principalmente após as conexões ferroviárias com as cidades mais importantes do País. Destarte, à medida que a população crescia, também a atividade industrial se estabilizava, porquanto a formação de um mercado de consumo e de trabalho inevitavelmente ocorreria, dentro de um contexto urbano em formação, que, obviamente, carecia de todo tipo de produto final, e onde era significativa a presença de meio circulante em mãos do poder público e de servidores do Estado. Convém notar que a indústria nesta época é bem incipiente em todo o País, privilegiando a produção de bens de consumo corrente (alimentos, tecidos, etc.) e muito relacionada à presença de imigrantes que detinham algum recurso e experiência na comercialização e fabricação de produtos tais como cervejas e bebidas em geral, tecidos, massas alimentícias, óleos, etc (Silva, 1978, p.94-97).

Em 1908, Belo Horizonte já ocupa o segundo lugar na indústria têxtil mineira, possuindo um total de quatro estabelecimentos, 408 operários e 270 teares (Jacob, 1911, p.271 apud Singer, 1977). Entretanto, cabe lembrar que a indústria mineira nessa época era visivelmente dispersa, pulverizada em centros locais, separados pela geografia e distância, onde os meios de transporte ainda se baseavam na tração animal.

A implantação da capital do Estado veio estimular a expansão da atividade têxtil e da cotonicultura ao longo da bacia do rio da Velhas, São Francisco e norte do estado. Santa Luzia, Sete Lagoas e Curvelo correspondiam de fato à região mais importante do estado no setor têxtil, a despeito da grande prosperidade de Juiz de Fora. O estabelecimento de conexões ferroviárias destas regiões com os mercados do Centro-Sul, através dos trilhos da Estrada de Ferro Central do Brasil,

induziu a expansão econômica e um expressivo crescimento demográfico (da ordem de 53% no período de 1910-1920) nestas cidades. É evidente que, com isto, Belo Horizonte reforça em muito sua condição de entreposto comercial, tornando-se importante centro de comercialização de gado e de circulação de mercadorias. Vale dizer que, em 1917, a cidade já é servida por uma linha de bitola larga, e em 1920 completa a ligação com o oeste e sudeste mineiro através do Ramal Divinópolis-Belo Horizonte da Estrada de Ferro Oeste (Singer, 1973, p.225-233).

Contudo, o período de 1914-1918 representou, na verdade, outro momento de grande crise econômica para a cidade. Ao surto epidêmico da "gripe espanhola" vieram se somar os efeitos decorrentes da Primeira Guerra Mundial. O déficit orçamentário atingiu limites que exigiram lançamento de apólices da dívida pública em 1916. O desemprego, ao se ampliar, provocou o êxodo urbano. Diminuíram os incentivos às indústrias. As obras públicas e a construção civil paralisaram-se (PLAMBEL, 1979, p.117). "Mais de 600 casas ficaram fechadas, disponíveis para o aluguel ou a venda a preços ínfimos, sem que, no entanto, surgissem compradores. A cidade definhava para morrer". (Barreto, 1948, p.182).

Em 1914, Belo Horizonte ultrapassava os 42.000 habitantes. Em 1918, a população, girando em torno de 45.000 habitantes, demonstrava bem como foi a estagnação à época da I Grande Guerra.⁸

Contudo a recuperação da economia urbana não tardaria a ocorrer. A partir de 1919 as obras públicas de infra-estrutura iniciadas pelo governo federal são retomadas. Em 1920, a população atingiu 55.563 habitantes e a indústria absorvia 34,6% da população ativa, enquanto o setor terciário empregava 50% desta população (PLAMBEL, 1979, p.125). O aumento das obras e serviços públicos, dos estabelecimentos de ensino, das casas de saúde, e o próprio desenvolvimento da zona metalúrgica contribuíram decisivamente para o progresso belorizontino. A instalação da Companhia Belgo-Mineira em 1921, após fusão de capitais belga e luxemburguês com a Usina Siderúrgica Mineira de Sabará, permitiu maior geração de riqueza na região, fortalecendo a condição de entreposto comercial de Belo Horizonte, definindo-lhe de vez o caráter de centro difusor de produtos de consumo corrente.

1.4 A expansão urbana

Traduzindo a estagnação econômica do período 1914-1918, os dados sobre construções legalmente aprovadas (descartadas as clandestinas que também devem ter diminuído) são extremamente modestos e contrastam com o período seguinte. Em 1916, registrou-se um total de

⁸ Estando a economia debilitada, com poucas indústrias ativas, e como o "serviço público, federal, estadual e municipal ainda fosse a ocupação de grande parte da população", não constituiria surpresa saber que a cidade foi palco de conflitos sociais em 1917 e que, por força de intervenção direta do governo através da polícia, os operários foram reprimidos e hostilizados. A questão operária já era antes de tudo uma questão de polícia. Ver Mourão (1970, p.247).

207 construções aprovadas; em 1917, o número caiu para 102, e em 1918 chegou a insignificantes 25 prédios licenciados. Porém, na década de vinte o movimento de construções foi acentuado, demonstrando a retomada do crescimento urbano (ver Quadro 1).

QUADRO 1

CONSTRUÇÕES LICENCIADAS EM BELO HORIZONTE NO PERÍODO 1924-1929

Anos	Zona urbana	Zona suburbana	Ex-colônias
1924	327	217	208
1925	460	280	246
1926	396	255	224
1927	452	621	231
1928	533	628	459
1929	403	628	595

FONTE: BELLO HORIZONTE. Prefeitura Municipal. *Relatório da gestão de Cristiano Machado (1926/1929)*. Belo Horizonte, 1929.

A cidade conheceu uma expansão urbana expressiva em direção ao oeste, onde se construíram 988 prédios por volta de 1924. Entre 1924 e 1930 foram aprovados 53 bairros e vilas, o que tornou os serviços urbanos insuficientes em face do incremento da demanda.

Na realidade a zona urbana não ultrapassava 1/6 da área total da cidade. O cinturão planejado da avenida do Contorno funcionava como uma barreira à localização em seu interior das camadas de renda mais baixa da população, forçando com isto a expansão da periferia urbana, em perfeita consonância com os interesses fundiários e imobiliários que se manifestam descontraidamente no período. Evidentemente, este crescimento de fora para dentro (uma espécie de padrão usual na Capital) significava a alocação de recursos do erário público em áreas distantes, que oneravam os serviços assim implantados (PLAMBEL, 1979, p.163).

Regiões como Venda Nova, Contagem e Capela Nova vieram se articular com o tecido da Capital, através de ligações ferroviárias. Bairros a oeste (de coloração italiana) como Carlos Prates, Barro Preto, Calafate e Gameleira, ganharam maior densidade populacional e melhorias urbanas. Estes últimos se destacaram na Revolução de 30 como base de sustentação política da Aliança Liberal (PLAMBEL, 1979, p.181-182).

Em 1928, a população de Belo Horizonte quase dobrava em relação à de 1920, atingindo 111.000 habitantes. Em 1930, a cidade detinha uma população de 116.981 habitantes. Com o desenvolvimento da cidade, consolidando sua função de polo econômico, administrativo e cultural, a vida urbana se incrementava rapidamente. As pressões de setores da população sobre os serviços básicos

cresciam continuamente, à medida que se tornaram obsoletos e precários os serviços de transporte coletivo, abastecimento de água e energia elétrica. Em 1926, o governo estadual se viu forçado a encampar a Companhia de Eletricidade e Viação Urbana, retirando a concessão do serviço das mãos da iniciativa particular, em face da escassez e baixo nível de atendimento ao usuário.⁹ Em 1928, o poder público ampliou a utilização do auto-ônibus como meio de transporte, ao inaugurar mais seis linhas cobrindo bairros deficitários desse serviço. Ao lado de tais medidas, continuava notória a preocupação do poder público com a manutenção da imagem de limpeza e higiene da Capital, através da adoção de fiscalização e vigilância permanente dos grandes equipamentos de uso coletivo já instalados ou que se instalaram no período (hospitais, sanatórios e casas de saúde).

Ainda que várias realizações fossem implementadas pelas administrações da época, a expansão das subdivisões de terrenos na cidade (ver Quadro 2) constituía séria fonte de preocupação para o poder público, tanto como veículo de pressão para a construção de obras urbanas, quanto como elemento de descontrole e desordem na primeira cidade planejada de fato em Minas.

QUADRO 2

TOTAL DE ÁREAS SUBDIVIDIDAS PELA PREFEITURA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE PERÍODO 1923-1929

Períodos	Superfície total (m ²)
1923/1924	649.329
1924/1925	3.039.840
1925/1926	4.033.118
1926/1927	2.046.074
1927/1928	6.524.947
1928/1929	7.888.330

FONTE: BELLO HORIZONTE: Prefeitura Municipal. *Relatório da gestão de Cristiano Machado (1926/1929)*. Belo Horizonte, 1929. p.291

⁹ Cf. PLAMBEL, (1979, p.168). Ver p. 169 quando o serviço de eletricidade volta às mãos de particulares (Lei 348/1930) por um período de 30 anos, gozando a Cia. Força e Luz de isenções e incentivos fiscais.

Os parcelamentos e subdivisões particulares verificados e aprovados pela prefeitura entre setembro de 1928 e setembro de 1929 chegaram a incorporar 1.020 novas quadras ao tecido urbano, sobretudo na Ex-Colônia Afonso Pena (4.258 lotes), no Jardim América (1.369 lotes) e Ex-Colônia Bias Fortes (966 lotes).

Dessa forma, tornou-se desejável pelos técnicos da prefeitura a pronta confecção da planta cadastral, bem como a elaboração de leis de zoneamento e um plano geral para a cidade, de modo a torná-la contemporânea de cidades da América e Europa que adotavam tais procedimentos.

Em 1929, houve expressiva queda na receita proveniente da transmissão de propriedades *intervivos*, indicando sinais de crise na economia urbana. Já se percebia precária a situação que atravessavam o comércio e a indústria. De todos os modos, muito em breve a crise político-institucional levaria à Revolução de 1930, acarretando alterações estruturais na economia e no gerenciamento do poder público central.

2 O PERÍODO 1930-1950

A importância política de Belo Horizonte até então era algo incipiente, devido à forte ingerência do poder estadual na administração municipal. A distribuição dos postos de comando esteve freqüentemente em mãos de grupos externos à região de Belo Horizonte, vinculados à lavoura cafeeira e/ou à política clientelista dos coronéis e oligarquias da época. Uma formação social acentuadamente segregacionista e conservadora convivia com os arautos do "moderno", projetistas de uma concepção físico-estética que privilegiava as ruas e avenidas retas e espaçosas, próprias para o trânsito de automóveis (grande sensação nos EUA.), copiando padrões internacionais de urbanismo, em visível sintonia com o lema positivista "Ordem e Progresso".

O lugar de origem dos políticos e o jogo de alianças lastravam a representação do poder público à época. Neste sentido, não é de se estranhar que os dez primeiros prefeitos da Capital estivessem "ligados direta ou indiretamente à política do sul do Estado". (PLAMBEL, 1979, p.80). O poder econômico baseado no café assegurava-lhes a hegemonia política no Estado e no plano federal. É por isto, também, que o conselho deliberativo de Belo Horizonte funcionava mais como câmara orçamentária e fiscalizadora que propriamente legislativa, em perfeita harmonia com o executivo, sendo dotado de pouca autonomia.

O poder em Minas, enquanto diretamente vinculado à política nacional, tornava praticamente inviável a ação de grupos de oposição em Belo Horizonte. Destarte, se Minas e São Paulo formavam o poderoso e coeso bloco de sustentação da Primeira República, ao se estabelecer a cisão entre eles pela imposição da candidatura paulista de Júlio Prestes e a emergência da Aliança Liberal (apoiando o nome de Getúlio Vargas para a presidência da república), estava se iniciando um novo processo histórico após minado o edifício do poder agro-oligarca da "política dos governadores". (PLAMBEL, 1979, p.183-184).

2.1 A reestruturação política e econômica do País

O Estado que emerge a partir da Revolução de 30 vai operar de forma inédita diante dos diversos núcleos de poder econômico do País. De um lado, buscará a diversificação das atividades produtivas (programa que já constava das metas da Aliança Liberal), respondendo rápida e eficientemente aos impactos da crise de 1929 e paulatinamente transferindo excedentes da produção agro-exportadora para os novos grupos industriais. De outro lado, e simultaneamente, o governo parte para a regulação das relações entre o trabalho e o capital. Este processo é de grande significação, pois se desenvolverá até a fixação pelo Estado do valor do salário mínimo, "elemento indispensável para a constituição do cálculo econômico burguês". (Oliveira, 1982, p.47). Ainda mais se observarmos que, antes dos anos 30, a força de trabalho (apesar de pequena) era muito especializada na produção de artigos da indústria de bens de consumo e, após a instauração de uma indústria de bens de capital "leve",¹⁰ surgiu um novo tipo de mercado de trabalho rompendo com aquela especialização, alterando assim os níveis de remuneração da força de trabalho (Mello, 1975, p.46).

A União irá cerceando "certas liberdades das antigas oligarquias (...) como por exemplo (...), poderes de regulação da atividade econômica (...), o poder de legislação sobre o comércio externo e sobre o comércio interno, instituindo um processo centralizador no País, e constituindo, para a indústria emergente, um "espaço nacional unificado, sem o que a circulação de mercadorias realmente se veria embotada". (Mello, 1975, p.46).

2.2 Belo Horizonte e os reflexos da nova ordem nacional

Após o agitado período que antecede a Revolução de 1930, a Capital teve seu conselho deliberativo extinto e a efêmera constituição de um conselho consultivo, substituído pela Câmara Municipal em 1935. Nesse momento estava em vigor a Constituição de 1934, que aliás desapareceu em 1937, quando se instaurou a ditadura do Estado Novo. Nesse curto espaço de vigência constitucional, os municípios da capital mineira puderam escolher seus representantes por via eleitoral (Mello, 1975, p.45). Isto significa que os períodos de prática política democrática em Belo Horizonte restringiram-se aos anos de 1936-37 e 1946-63. Vale dizer que a Constituição de 1946 restaurou a plena autonomia dos municípios perdida na ditadura Vargas. Em Belo Horizonte, entre os anos de 1930 e 1937, foram muitos os movimentos sociais das mais diversas colorações políticas, registrando-se conflitos de rua entre facções opostas, especialmente em momentos de eleições. O operariado, já atuando organizadamente, esteve presente em diversos momentos no palco das reivindicações sociais. Em julho de 1934, entram em greve, sucessivamente, os bancários,

¹⁰ Conceito utilizado por João Manoel Cardoso de Melo em sua tese de doutorado, referindo-se à produção de bens intermediários (aço, cimento, etc), mas excluindo a produção de automotores e equipamentos pesados.

eletricitários, funcionários dos correios e ferroviários. Em 1935 foi a vez dos operários da fábrica de calçados Diva, os panificadores e os funcionários do Horto Florestal (PLAMBEL, 1979, p.214). Em outubro de 1935 realizou-se o 1º Congresso Estudantil e Proletário de Minas e em novembro ocorreu o Congresso da Unidade Sindical (PLAMBEL, 1979, p.212). Também em novembro (25) é que se deu a tentativa revolucionária em Recife e Natal (a famosa Intentona Comunista), rapidamente reprimida e desarticulada.

Em 1936 existiam dezenas de organizações e agremiações de caráter político espalhadas pelos vários bairros e vilas de Belo Horizonte. Até 1937, as crônicas e escritos da época evidenciavam uma clara participação política da população belorizontina nas diversas instâncias de decisão, quer municipal, estadual e até mesmo federal (PLAMBEL, 1979, p.212).

É fundamentalmente, nesse período, que ocorre um desenvolvimento econômico em Belo Horizonte de caráter nitidamente industrial. O renascimento da Zona Metalúrgica, através da expansão da siderurgia de médio porte, transmitindo efeitos de cunho industrial e comercial à capital mineira, é algo de essencial para se entender a capacidade de atração de população e a drenagem de recursos de uma vasta região do estado por Belo Horizonte. À condição de entreposto comercial soma-se a de produtor de bens industrializados. Ao longo da expansão siderúrgica nas vizinhanças de Belo Horizonte (Sabará, Caeté, Barão de Cocais, Monlevade, etc), dava-se também o desenvolvimento da região do Vale do Rio Doce, com a colonização das áreas lindéiras à Estrada de Ferro Vitória-Minas, e o "estabelecimento de siderurgias a carvão vegetal em Rio Piracicaba", o que indiretamente estimulou o nascimento de uma ampla zona de cultivo agrícola.

Nesse período houve rápida expansão da rede de circulação rodoviária.¹¹ Em 1936, estradas recém-concluídas partiam de Belo Horizonte para Nova Lima, Sabará, Bonfim, Pará de Minas, Lagoa Santa, Oliveira, Serro, etc. O volume de mercadorias transportadas crescia continuamente. "De 184.366t em 1940, para 333.579t em 1948". (Singer, 1977, p.250).

Com o aumento do emprego industrial e da massa de salários, a demanda por produtos finais elevou-se. O anuário estatístico de Belo Horizonte referente a 1936 revela um inequívoco crescimento do setor secundário relativamente a 1920, apesar de serem ainda pequenos os estabelecimentos industriais.¹²

¹¹ A rede de circulação evoluiu de 38.829km em 1937 para 55.663km em 1947 (Singer, 1977, p.249).

¹² As indústrias que mais se destacaram no período foram as de alimentação (Massas Aimoré, Cia. Antártica Paulista), empregando 1.168 pessoas, a de confecções (vestuário), com cerca de 1.043 empregados, a indústria têxtil, empregando 1.535 pessoas, e a da madeira com 1.045 empregados. Além destas, o censo apontava a metalurgia com um total de 645 pessoas ocupadas e o ramo das cerâmicas e olarias absorvendo 628 pessoas. O setor secundário ocupava 2.223 indivíduos em 1920, e em 1936 passou a empregar quase quatro vezes mais: 8.513 pessoas. Ver SINGER (1977, p.248-250).

A extinção das barreiras alfandegárias entre estados após a Revolução de 1930, a expansão industrial e o incremento da demanda por matéria-prima e bens intermediários, juntamente com a ação do Estado, favoreceram a afirmação da emergente "burguesia industrial no espaço econômico nacional" (Oliveira, 1982, p.45) e são componentes do processo de recuperação e crescimento da renda do País, após a crise de 1929. Desta forma, a inversão de capitais em atividades urbanas (comércio e indústria), após a queda dos preços do café, viria propiciar o estabelecimento de um novo padrão de acumulação capitalista.

As leis do País passaram a privilegiar a opção industrial. Em Belo Horizonte a Lei Estadual nº 98 sancionou a criação de uma zona industrial nas faixas de terrenos situadas ao longo dos trilhos da E.F.C.B. e Oeste de Minas. Este procedimento legal dá resultados imediatos, atraindo mais de vinte indústrias (inclusive a Cia. de Cigarros Souza Cruz) para a região.¹³

Em 1941 são declarados de utilidade pública os terrenos onde se construirá o Parque Industrial. Em 1948, Contagem torna-se município independente de Betim, incorporando a "Cidade Industrial". O local se apresentava bem dotado de facilidades na obtenção de mão-de-obra e matéria-prima, valendo-se da proximidade de um mercado consumidor em expansão (a 10km do centro de Belo Horizonte) e contando com ligações rodo-ferroviárias em expansão. Contudo, somente a partir do fornecimento farto e contínuo de energia elétrica após a criação da CEMIG é que viria deslanchar o Parque Industrial de Contagem.

Crescendo a elevadas taxas (em torno de 7% ao ano), Belo Horizonte já contava em 1940 com a expressiva população de 214.307 habitantes, evoluindo para cerca de 370.000 em 1950. A indústria local vem-se desenvolvendo gradativamente (ver Quadros 3 e 4), apresentando forte crescimento entre os anos de 1944 e 1945, isto apesar da insuficiência de energia elétrica, que constituía sério entrave ao desenvolvimento industrial.¹⁴

¹³ Observa-se uma significativa abertura ao capital estrangeiro, conforme testemunham a instalação de agências da "Volvo do Brasil", "Dodge", e "Casa da Borracha", registrando-se ainda a vinda de uma missão japonesa com a finalidade de negociar a aquisição de matéria-prima. Ver PLAMBEL (1979, p.192).

¹⁴ Como era reduzida a capacidade de geração das usinas hidrelétricas instaladas, ocorria com freqüência na estiagem o racionamento compulsório de energia, deixando a cidade às escuras e com a circulação de bondes semi-paralisada. Em 1950 "o total da energia adquirida pela Cia. Força e Luz era de 28.742kw, ou 24,64% de energia de produção própria", o que, evidentemente, contribuía para o encarecimento das tarifas, já que de produtora a empresa passou a revendedora de energia elétrica. As condições operacionais da Cia. Força e Luz eram tão débeis, que ela se viu obrigada a desistir da concessão do serviço de bondes (devolvendo-os em péssimo estado para a Prefeitura), o que forçou a aquisição de novos veículos pela municipalidade (momento em que se implantaram os ônibus elétricos). Ver Gianetti, 1951).

QUADRO 3

**EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS INDUSTRIAS
E PESSOAL EMPREGADO EM BELO HORIZONTE
NO PERÍODO 1936-1948**

Anos	Número de estabelecimentos	Pessoal empregado
1936	483	8.723
1937	656	10.110
1938	779	11.672
1939	748	10.589
1940	740	10.729
1941	747	11.830
1942	760	11.937
1943	761	12.378
1944	1.120	17.832
1945	1.657	19.812
1946	1.228	20.908
1947	1.458	19.540
1948	1.418	19.304

FONTE: BARRETO, Abílio. *Bello Horizonte: memória histórica e descritiva*. 2 ed. Belo Horizonte, 1936. 2v.

GIANETTI, Américo R. *Plano-programa de administração para Belo Horizonte*. Belo Horizonte: tip. da Prefeitura, 1951.

QUADRO 4

**CRESCIMENTO POPULACIONAL DE BELO HORIZONTE
NO PERÍODO 1920-1970**

Anos	Número de habitantes	Taxa média de crescimento anual
1920	56.914	-
1925	81.596	8,6%
1930	116.981	8,6%
1935	167.712	8,6%
1940	214.307	5,5%
1945	272.910	5,4%
1950	352.724	7,0%
1960	693.328	6,1%
1970	1.255.415	-

FONTE: GIANETTI, Américo R. *Plano-programa de administração para Belo Horizonte*. Belo Horizonte: tip. da Prefeitura, 1951, p.18.

PLAMBEL. Belo Horizonte. *O processo de desenvolvimento de Belo Horizonte, 1897-1970*. Belo Horizonte, 1979. p.259.

Verificou-se que, durante todo o período em questão, o valor da produção industrial não cessou de aumentar. Em 1936 atingiu Cr\$100.711.913,00, aumentando para Cr\$210.672.669,00 em 1942 e, em 1948, chegou a Cr\$1.003.468.777,00. A indústria da construção civil, provavelmente, teve um bom desempenho nos anos 40, já que o número de prédios construídos em Belo Horizonte passou de 35.400 em 1940 para 66.568 em 1940 (Gianetti, 1951, p.18-19).

2.3 Alguns impactos da II Grande Guerra

A II Grande Guerra gerou um quadro de impactos tal, que levou a balança comercial brasileira a conhecer significativos superávits, quando ficaram bloqueadas as importações (as economias centrais em conflito), enquanto aumentavam visivelmente os coeficientes de exportação. A siderurgia brasileira expandia-se fortemente no período, até justificar a implantação da Companhia Siderúrgica Nacional (com o beneplácito americano) em 1946. O incremento das exportações de aço, ferro gusa e laminados viria beneficiar Minas Gerais, que se encontrava na condição de maior produtor do setor. Além disso, com o aumento da demanda por alimentos, ficava estimulada a produção mineira de produtos agro-pecuários (laticínios, carnes, gado bovino, couro, etc).

Foi também na década de 40 que a fiação e tecelagem viveu um intenso crescimento, com as exportações superando a marca das 20.000t. Contudo, após o término da guerra, as exportações de tecidos de algodão se reduziram gradativamente, sendo praticamente alijadas do mercado internacional a partir de 1948. Durante esse processo, a indústria belorizontina¹⁵ ganhou forte impulso, "liderando inclusive a expansão têxtil" (Singer, 1977, p. 253), observada no período, polarizando as zonas Metalúrgica e do Rio Doce, beneficiando-se, enfim, do incremento da agropecuária verificado em regiões do Estado de Minas Gerais.

De fato, tão logo termina a II Guerra, a economia brasileira veio se ressentir da perda dos saldos positivos da balança comercial, conhecendo momentos de crise e de mudança na estrutura política e econômica. Na economia mineira a crise se instala na indústria têxtil, impondo redução de emprego, pela queda violenta das exportações e obsolescência do maquinário.¹⁶

¹⁵ Neste período ocorreu um impressionante aumento da receita municipal, com ênfase especialmente na arrecadação do Imposto sobre Indústria e Profissões. Em 1928 o valor desse imposto era de Cr\$ 720.000,00; em 1932, Cr\$ 132.000,00; em 1936, Cr\$ 1.504.000,00, e em 1946, Cr\$ 6.100.000,00! O imposto predial cresceu no mesmo período de Cr\$ 1.758.000,00 para Cr\$ 13.400.000,00, e o imposto sobre transmissões evoluiu de Cr\$ 733.000,00 em 1928, para cerca de Cr\$ 2.549.000,00 em 1936 e Cr\$ 13.000.000,00 em 1946. A soma de capitais aplicados em Belo Horizonte totalizava em 1936 a quantia de Cr\$ 110.748.071,00, evoluindo em 1944 para Cr\$ 339.258.123,00. Em 1936 o valor global da produção foi de Cr\$ 100.711.913,00; em 1945 este número mais que quadruplicou, chegando a Cr\$ 434.039.497,00 (em 1946 atingiu a cifra de Cr\$611.600.459,00). Em 1936 havia 483 estabelecimentos comerciais empregando 8.723 pessoas; em 1944 o número de estabelecimentos foi para 1.120 com 17.832 pessoas ocupadas e em 1946 tínhamos 1.659 estabelecimentos e cerca de 19.801 empregados. Cf. REVISTA SOCIAL TRABALHISTA (1947).

¹⁶ Quando os EUA e Inglaterra, diante do esforço de guerra, passaram a necessitar do minério de ferro brasileiro, Minas Gerais foi imediatamente acionada pelo governo federal com a criação, em 1942, da Cia. Vale do Rio Doce S.A, e encampação da Estrada de Ferro Vitória-Minas. Em decorrência deste projeto, foi constituída, em 1944, a Acesita - Aços Especiais Itabira S.A, entrando em operação em 1949. Contudo, após a II Guerra, a Vale do Rio Doce chegou a quase

2.4 O crescimento urbano e a especulação imobiliária

Em meados da década de 30, Belo Horizonte já experimentava a necessidade de acionar mecanismos de cunho normativo e de controle da expansão urbana, em face da proliferação de loteamentos, freqüentemente irregulares, por toda a periferia da cidade legal. Em 1931 já era grande a disparidade entre o que era arrecadado pela prefeitura e a demanda constante de serviços urbanos. Planejada para 200.000 habitantes, a Capital não cessava de crescer, com sua base física sempre desfigurada pela forte expansão demográfica (PLAMBEL, 1979, P.242). (Ver Quadro 4).

O crescimento urbano em direção a oeste ganhou nova ênfase após a abertura da Av. Amazonas, ao induzir o surgimento de vários bairros em suas adjacências. Também a expansão no sentido norte foi bastante estimulada: Renascença (onde se instalou a grande fábrica de tecidos Renascença), Sagrada Família, Parque Riachuelo, etc. Depois de iniciadas as obras de urbanização da Lagoa da Pampulha e a abertura da Av. Antônio Carlos, ocorreu rapidamente o parcelamento de terrenos vizinhos, determinando o povoamento destas regiões.

A especulação imobiliária crescia vertiginosamente a partir da negociação de terrenos nos mais diversos setores da cidade. O Decreto Municipal de nº 54, de 1935, veio intervir nesse processo, restringindo-o e acarretando a redução da aprovação de novos loteamentos. Contudo, o comércio imobiliário partiu para a venda de loteamentos clandestinos, jogando para a frente uma série de problemas que irão afligir moradores e prefeitura. Vale observar que, entre 1935 e 1949, foram aprovados 56 loteamentos novos, embora a parte ocupada da cidade ultrapassasse em muito a superfície legalmente aprovada.

Neste período registrou-se um grande número de doações de terrenos a entidades diversas, tais como a Mitra Arquidiocesana, Seminários (atual campus da UCMG), estabelecimentos de ensino, Escola Técnica Federal, etc. Nota-se a preocupação das administrações em construir escolas visando à alfabetização da população, por várias razões, inclusive pelo aumento do número de eleitores em potencial (PLAMBEL, 1979, p.253).

Torna-se difícil distinguir claramente quais foram os principais agentes que conduziram a expansão urbana à época. É evidente que o papel indutor do poder público foi essencial para a formação e consolidação do tecido urbano, sobretudo nas primeiras fases da história belorizontina. As obras de infra-estrutura, a implantação de redes de transporte urbano, a própria existência de muitos terrenos pertencentes à prefeitura e ao Estado atuaram como condicionantes à expansão da

paralisar-se em face do desinteresse dos EUA e Inglaterra pela exportação do ferro brasileiro, enquanto a Acesita terminou por ser encampada pelo Banco do Brasil, devido às dificuldades com que se defrontou. Também neste período a indústria do alumínio, contando com o apoio americano, veio se implantar a duras penas em Ouro Preto, entrando em operação em 1945. No entanto, tão logo começou a funcionar, chegou a notícia do fim da guerra e da existência de grandes estoques de alumínio reservado para ser escoado na América do Sul. A empresa (Elquisa - Eletroquímica Brasileira S.A - do grupo Gianetti) é quase abatida pela queda de preços do produto, só encontrando como saída, em 1949, a transferência das ações de todo o complexo industrial, inclusive usinas energéticas, para a Alcan. Cf. DINIZ. (1981, p.59-60).

cidade para um ou mais vetores direcionais. Da mesma forma podem-se alinhar os fatores geográficos como importantes determinantes do crescimento urbano, atraindo ou expulsando os assentamentos, a exemplo das áreas de boa topografia, terraços não inundáveis, ou, de outro lado, as encostas íngremes e relevos movimentados, etc. (ver Figura 3).

Contudo, à medida que a cidade se desenvolve, surgem novos agentes difíceis de identificar, por se acharem freqüentemente mesclados, geralmente envolvendo setores econômicos ligados à iniciativa privada.

Assim, grupos de proprietários de terras, ao lado de loteadores interessados no comércio imobiliário, exerceiram inegável influência no crescimento da cidade. Além destes, observava-se a presença de agentes ligados a bancos privados, à indústria da construção civil, a entidades educacionais e religiosas, etc.

A valorização dos terrenos urbanos, a intensificação da ocupação e o próprio estatuto jurídico da propriedade privada são elementos indissociáveis, que se encontram na base da expansão horizontal e vertical das cidades. Todavia, discernir nitidamente a participação isolada de cada agente envolvido nestes processos é tarefa de difícil realização.

3 O PERÍODO 1950-1964

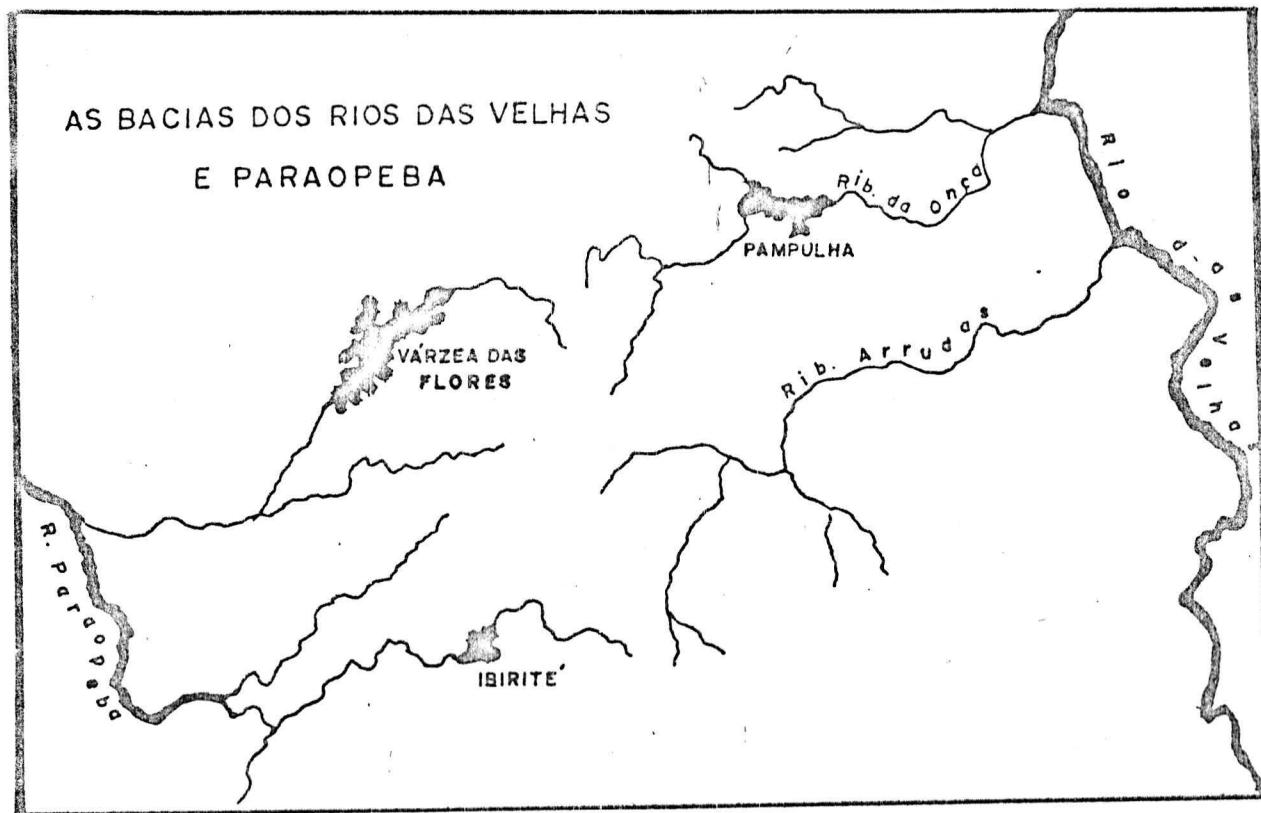
3.1 O aprofundamento dos problemas urbanos

Contando já em 1950 com 350.724 habitantes, nos dez anos seguintes a cidade cresceu à surpreendente taxa de 7,0% ao ano, o que a levou a uma população de 693.328 habitantes em 1960. Como a maioria de sua população era de origem rural (81,2% em 1960 eram migrantes), e continuasse crescente o fluxo migratório, a Capital via agravado de forma saliente o problema da localização das populações de baixa renda no espaço urbano.

Foram lançados 22 loteamentos entre 1950 e 1959 no mercado imobiliário, e aprovados nada menos que 50 novos parcelamentos pela Prefeitura. A política populista e clientelista da época fazia com que os prefeitos tivessem de realizar diversos tipos de favores, ou cumprir promessas eleitorais irresponsáveis feitas àqueles grupos econômicos que os elegeram.

Outro problema correlato foi o da proliferação de favelas, originando as ocupações clandestinas nas proximidades dos centros de emprego, notadamente nos morros, em glebas urbanas mais próximas do centro da cidade, bem como em áreas distantes do centro, vizinhas da cidade industrial de Contagem. A solução usualmente praticada pelas administrações consistia em erradicá-las das áreas mais valorizadas, afastando-as para regiões distantes.

FIGURA 3



OBS. O sítio urbano de Belo Horizonte é drenado pelos Ribeirões
Arrudas e da Onça e seus afluentes.

A Secretaria do Trabalho e Cultura Popular de Minas Gerais, citado em PLAMBEL (1979, p. 276), registrou entre 1964 e 1965 um total de 79 favelas, com 25.076 domicílios e 119.799 pessoas. Entre 1955 e 1964 verificou-se que a taxa de crescimento da população favelada foi da ordem de 229%. Algo impressionante, pois tal população constituiria o "4º município do Estado, em número de habitantes, sendo superado apenas pelos de Belo Horizonte, Juiz de Fora e Governador Valadares".

A expansão formidável da cidade industrial na década de 50 veio estruturar decisivamente a posterior expansão do tecido urbano metropolitano. A implantação da "cidade industrial" junto ao prolongamento da Av. Amazonas trouxe um acelerado crescimento da mancha urbana naquela direção, através de sucessivas incorporações de glebas rurais ao perímetro urbano de Contagem, Belo Horizonte e, posteriormente, Betim. A partir de 1955, a região do Barreiro teve incrementada sua expansão urbana, especialmente em função da instalação da Mannesmann.

Por outro lado, devido à abertura da Av. Antônio Carlos e implantação do complexo turístico da Pampulha, verificou-se a expansão do tecido urbano ao norte, de forma no entanto mais modesta que a leste. Curiosamente, nessa região foram se materializar vários assentamentos de cunho popular na orla de um bairro que foi exclusivamente projetado para sediar a elite belorizontina, a Pampulha.

Na década de 50, registrou-se um total de 113 loteamentos lançados entre Belo Horizonte, Contagem e Betim, o que significou uma oferta de cerca de 80.600 lotes,¹⁷ oferta esta bem superior à demanda de lotes urbanos (boa parte desses loteamentos ficou desocupada por vários anos, o que sugere bem o caráter especulativo de tais empreendimentos).

Contagem conheceu neste período a surpreendente taxa de crescimento populacional de 16,5% (6.022 habitantes em 1950, para 28.065 habitantes em 1960). Belo Horizonte, por seu turno, apresentou nestes anos a maior taxa de crescimento em 30 anos, enquanto Betim se destacaria a seguir com uma taxa da ordem de 5,3% ao ano.

Ao lado do incremento da indústria, assistiu-se ao notável crescimento do comércio e dos serviços, devido à arrancada industrializante e à aceleração dos fluxos migratórios. A especulação imobiliária avançou de forma inusitada, tornando obsoletos os ordenamentos sobre a posse e uso do solo. A inflação na aprovação de loteamentos criaria problemas de difícil solução futura.

Se, durante o período em foco, a economia mineira continuava ainda a padecer de um atraso estrutural relativamente a São Paulo e Rio de Janeiro, Belo Horizonte entretanto convivia com os mesmos indicadores de crescimento urbano das grandes metrópoles brasileiras. Isto, na verdade, indica mais a urbanização capitalista no subdesenvolvimento que outra coisa. Os grandes fluxos migratórios e o crescimento acelerado da população, as enormes disparidades de renda entre as regiões e grupos sociais, as estruturas agrárias como fator de repulsão e, ainda, o próprio "efeito

¹⁷ 66 dos loteamentos foram lançados em Contagem e Betim. Ver PLAMBEL, 1978, p.36-43, 124-150.

de demonstração" exercido pelos centros urbanos, são algumas das características mais essenciais que acompanham a urbanização nos países subdesenvolvidos (Santos, 1981).

3.2 O Desenvolvimento Industrial

É nesse período, iniciado sob a égide da Constituição de 1946 e segmentado pelo regime instaurado a partir do movimento militar em 1964, que se dará a afirmação da siderurgia mineira como eixo do desenvolvimento industrial da região metalúrgica.

Belo Horizonte tornou-se um grande centro industrial, transcendendo em muito sua função administrativa, em decorrência de uma série de políticas econômicas implementadas pelo governo federal, que deixaram impactos positivos sobre toda a área de influência da Capital. Além disso, o governo estadual empenhou-se decididamente em resolver de modo definitivo o problema energético, criando a CEMIG em 1952, conforme diretrizes anteriormente traçadas. O desenvolvimento da "zona industrial" seria, pois, beneficiado pelo fornecimento adequado de energia elétrica, principalmente a partir de 1955, permitindo assim a instalação de várias empresas de grande porte altamente consumidoras de energia, a exemplo da Mannesmann, Mafersa, Belgo-Mineira, RCA Victor, Aluminas e Cimento Portland Itaú:¹⁸

Outras empresas com participação estatal são criadas em Minas Gerais, revelando enfim a acentuada tendência de formação de grandes consórcios empresariais de capital misto (Estado com iniciativa privada e/ou capital multinacional), que promovem e induzem a industrialização da região. A USIMINAS (Ipatinga, 1956) produzindo, em média, em 1964 mais de 30% dos principais produtos siderúrgicos do País, a Cia. Vale do Rio Doce (cujo produto cresceu cerca de 109% entre 1955 e 1960), a FRIMISA (industrialização da carne) e a CASENG (Companhia de Armazéns), são alguns exemplos que denotam a forte participação do Estado na economia mineira (Singer, 1977, p.263).

Decretos abrindo crédito especial, para suprir despesas com as obras da cidade industrial e regulamentar aforamentos de terrenos destinados às indústrias que viessem ali se instalar, bem como às habitações de operários e trabalhadores locais (PLAMBEL, 1979, p.261) eram formas utilizadas pelo poder público visando à atração de indústrias para a região.¹⁹

¹⁸ Iniciando com a construção de pequenas usinas (Piau, Tronqueiras e Itutinga), as Centrais Elétricas de Minas Gerais (CEMIG) rapidamente partem para a execução de grandes usinas (Salto Grande em 1956, com 52.000kw e Três Marias, concluída em 1962, para uma capacidade final de 195.000kw). Surpreendentemente, até 1964 aumentou de 42 vezes sua capacidade de geração, atendendo inclusive à demanda do Rio de Janeiro e São Paulo. É inegável que a criação da CEMIG, a abertura de rodovias pavimentadas para o Rio e São Paulo e a ampliação do abastecimento de água contribuíram expressivamente para a consolidação da Zona Industrial. Ver Singer (1977, p.259-262), PLAMBEL (1979, p.275).

¹⁹ O Decreto-Lei nº 3.460, de novembro de 1950, declarou de utilidade pública, para efeito de desapropriação, terrenos situados em Santa Luzia onde iria se implantar uma 2ª zona industrial, com características poluentes (nela veio se instalar a FRIMISA). Todavia é muito discutível o êxito deste objetivo. Ver a propósito, SINGER (1977, p.258).

Foi durante este período que se deu a construção de Brasília no governo Juscelino Kubitschek., exigindo a extensão da rede rodoviária do País, e induzindo vários efeitos sobre a economia mineira, especialmente nos setores ligados à produção de aço e cimento.

A economia mineira, durante a década de 50, teve sua infra-estrutura de apoio industrial claramente desenvolvida, sendo diretamente beneficiada pelo programa de metas do Governo JK, pelo incremento da indústria de base e fortalecimento dos setores de energia e transporte.

Nesse período, decidiu-se implantar a grande Usina Siderúrgica de Minas Gerais (USIMINAS), a partir das discussões deflagradas pelos mineiros, quando se articulava a instalação de uma indústria similar em São Paulo (COSIPA). A solução encontrada foi a constituição das duas empresas simultaneamente, e a USIMINAS tornou-se o primeiro projeto nacional a utilizar o modelo de joint venture, através da associação do Estado com o capital japonês.²⁰

No setor de transportes, entre 1951 e 1955, o Departamento de Estradas de Rodagem (DER) planejou ampliar em 2.000km a rede de estradas estaduais e pavimentar 500km. Todavia, como os recursos acabaram pulverizados pelo extenso território, e a manutenção e conservação das rodovias eram precárias e deficientes, o que se construiu foi rapidamente destruído pela ação do tempo, apesar de terem sido abertos 3.725km de estradas.²¹ Todavia, a partir da execução do plano de metas, Minas vem se privilegiar por sua localização relativamente a Brasília, tendo sua quilometragem de estradas ampliada, através da construção das rodovias federais com pavimentação asfáltica.

O programa energético, por seu turno, prosseguia em constante ampliação, sobretudo à medida em que entram em operação as várias usinas hidrelétricas construídas pela CEMIG (em especial Três Marias e Salto Grande). Conhecendo o conjunto de realizações acima descritas, torna-se mais fácil entender porque a participação da "Região Metropolitana" no produto mineiro chegou a alcançar 27% em 1960 e 38% em 1970.

²⁰ É importante observar que a participação do capital estrangeiro vinha se dando há muito tempo na economia mineira, desde os ingleses na Mina de Morro Velho, até recentemente nas indústrias metal-mecânicas e eletro-eletrônicas. A participação estrangeira veio crescendo, à medida que o Estado se especializava inter-regionalmente na produção de bens intermediários. Como exemplos destacam-se: Belgo-Mineira, Ferro Brasileiro, Mannesmann, Alcan e Cominci. Ver Diniz (1981, p.72-97).

²¹ Foi nesta época que se deu a proliferação e expansão das empresas de construção civil em Minas Gerais, pois tais empresas, aproveitando-se do câmbio subsidiando a importação de máquinas e equipamentos e das tabelas de orçamento de serviço do DER, baseadas no emprego de trabalho manual, modernizaram-se rapidamente, reduzindo os custos e obtendo super-lucros, por apresentarem produtividade técnica muito além da calculada com base em trabalho manual. Ver Diniz (1981, p.80-81).

4 A FASE DOS GOVERNOS MILITARES

4.1 Um novo reordenamento institucional

A presença intervadora do Estado após 1964 foi decisiva para a afirmação do capitalismo industrial, ao remover uma série de obstáculos à sua reprodução ampliada.²²

Os governos pós-1964 buscaram, de imediato, estancar a espiral inflacionária e regularizar a situação financeira do País juntos aos banqueiros internacionais. Para tanto, foi fundamental reprimir os movimentos sociais mais combativos, alterando substancialmente o quadro institucional vigente, e criando condições efetivas para o controle do processo inflacionário, afinal obtido às custas do trabalhador. Buscou-se restringir os salários, o crédito e os gastos públicos, eliminando deseconomias e adotando critérios de rentabilidade para as empresas públicas. Promoveu-se a reforma fiscal, administrativa e financeira e, finalmente, foram criadas agências específicas para ação econômica (como o Banco Nacional da Habitação - BNH). Assim os governos militares enfrentaria a crise econômica, preparando involuntariamente a economia para a recuperação pós 1968.²³

O urbano, *locus* da materialização de investimentos políticos e econômicos, tornou-se a instância privilegiada onde se daria a produção e reprodução do espaço das classes médias brasileiras.²⁴ Ao lado da ampliação de um setor terciário especializado, sintonizado com as necessidades das empresas transnacionais, incrementava-se a construção vertical nos grandes centros urbanos, surgiam bairros residenciais muito bem equipados e aumentava sobremaneira a taxa de

²² Ao emergir a nova divisão internacional do trabalho, em decorrência da II Guerra Mundial, do esforço de recuperação das economias egressas do conflito, assim como das altas contínuas do preço da força do trabalho dos países desenvolvidos, determinados países do bloco subdesenvolvido ganharam a condição de serem sócios do capital internacional (sobretudo na produção de bens duráveis de consumo e bens de capital). Nesse quadro, o Estado brasileiro veio se transformar num poderoso instrumento centralizador de capitais, concentrando amplamente o processo decisório, especialmente após 1964.

²³ A concentração da renda nacional em consequência do arrocho salarial e dos incentivos dirigidos ao capital industrial (liberação de crédito, isenções fiscais, etc.), ocorria quando se dava o avanço da participação do capital estrangeiro, ao lado da ampliação do mercado de consumo a partir de mecanismos que favoreceram a elevação do nível de renda das classes médias. Com isso, rapidamente supriu-se a capacidade ociosa dos setores de ponta da economia e estavam criadas as condições para o "milagre brasileiro".

A intervenção estatal cuidou tanto da ocupação de espaços econômicos quanto da inserção na problemática urbana, através de políticas específicas voltadas para o equacionamento das fricções existentes em cada um dos três níveis econômicos: produção, circulação e consumo.

²⁴ A nível do consumo, é importante assinalar que a concentração da renda nacional criou oportunidades para numerosas pessoas viverem na condição de semi-rentistas, em função da instituição da correção monetária, que veio resguardar a rentabilidade das classes médias, transformadas que foram em compradoras de títulos reajustáveis e ações de empresas privadas. Com isso, a produção de bens duráveis de consumo passou a ser diretamente estimulada.

As empresas transnacionais, expandindo-se no País, implantaram um novo estilo de administração, exigindo aumento formidável de profissionais de mercadologia, gerentes e gestores responsáveis pela circulação de produtos e capitais. Dentro desse quadro, o Estado, associado ao capital monopolista, atua na indicação de novos padrões de consumo, forjando inéditos significados à problemática urbana.

motorização nas áreas centrais, o que exigia constantes obras para a solução de problemas viários e de transporte e um contínuo aprimoramento dos planos de engenharia de tráfego.

As políticas urbanas, ao direcionarem recursos públicos para programas de habitação, transporte, saneamento e renovação urbana, favorecem o aumento da velocidade de circulação dos bens materiais, introduzindo novas oportunidades de investimentos. Entretanto, dado o caráter do modelo econômico acionado, os setores de baixa renda ficaram segregados no espaço urbano e marginalizados do consumo dos bens e serviços produzidos (a custos crescentemente inflacionados).²⁵

Ao se processar o reordenamento institucional que viria revitalizar a industrialização no País, Minas Gerais, que se havia dotado de razoável infra-estrutura econômica, emergia como um integrante dessa nova estrutura, vindo apresentar participação extremamente expressiva.

Em 1962 foi criado o Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais (BDMG) e, em 1968, o Instituto de Desenvolvimento Industrial (INDI) que, juntamente com a Companhia de Distritos Industriais (CDI) tiveram papel relevante na atração de novas indústrias para o Estado de Minas. O BDMG passou a desenvolver estudos sobre o Estado, até produzir o Diagnóstico da Economia Mineira, documento amplo, de alto nível de elaboração, que divulgou a idéia do Estado carente de inversões e prejudicado no contexto nacional. Pouco depois surge o I Plano Mineiro de Desenvolvimento, que incorporou decisivamente a prática de planejamento em meio à criação de órgãos específicos para este fim, assessorados pelo Instituto Latino-Americano de Planificación Econômica e Social (ILPES).

A idéia do planejamento global passou a ser assumida, superando a fórmula de planos diretores de cidades, sempre esquecidos e engavetados pelas administrações. Firmou-se uma visão tecnocrática bastante vinculada à economia, industrialização, critérios de financiamento e alocação de investimentos, em dissonância com as postulações anteriores, de caráter físico-regional (voltadas para o macrossocial), dos arquitetos e sociólogos. Deste processo sairiam muito fortalecidos o BDMG, o INDI e a CDI, que iriam desenvolver toda uma estratégia de concentração industrial em torno de Belo Horizonte e de irrestrito apoio aos investimentos do capital estrangeiro.

4.2 Os novos investimentos industriais

Entre 1970 e 1977, o Estado de Minas Gerais respondeu com 25% do total de investimentos industriais realizados no País, conhecendo um crescimento da produção industrial da ordem de 16,5% ao ano, contrastando com o desempenho industrial da década anterior, que não ultrapassou 6,9% ao ano. A aceleração industrial baseou-se fundamentalmente na participação estatal (com 64% dos investimentos realizados) e no capital estrangeiro que contribuiu com 20% das inversões. O

²⁵ Entre os vários estudos e documentos que analisam o período em questão, e que foram objeto de consulta, destacamos os seguintes: Oliveira, 1977, p.76-113; Furtado, 1975, p.27-55; Singer, 1975; Shimidt, 1982; Diniz, 1981, p.129-246; PLAMBEL, 1979; Oliveira, 1982.

período registra uma nítida diversificação das atividades das empresas públicas, notadamente a Vale do Rio Doce (celulose e fosfato), USIMINAS (bens de capital via Usimac) e a Acesita (na fabricação de forjas). (Diniz, 1981).

No que diz respeito à iniciativa privada, os investimentos de origem nacional são de pouca expressão e localizam-se basicamente nas indústrias leves e tradicionais. O capital estrangeiro, todavia, vem se instalar nos setores de ponta da economia, especialmente nas indústrias de bens de capital e de bens duráveis, dividindo com o Estado a participação nas indústrias pesada e metalúrgica.

De um total de 73 novos projetos instalados em Minas Gerais entre 1970 e 1977, contando sempre com algum tipo de participação estrangeira, observa-se forte preferência locacional pela Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH). Verifica-se que mais da metade deles (37) vieram se implantar na região, distribuídos na seguinte ordem: dez em Contagem, oito em Betim, cinco em Santa Luzia, quatro em Belo Horizonte e o restante entre os municípios de Vespasiano, Matosinhos, Pedro Leopoldo, Lagoa Santa e Nova Lima. Por ordem decrescente do valor do investimento destacam-se: a Fiat Automóveis S.A e a FMB - Produtos Metalúrgicos S.A em Betim; a SOEICOM em Lagoa Santa; a KRUPP - Indústrias Mecânicas Ltda em Betim; a CIMINAS em Pedro Leopoldo; a DEMAG - Equipamentos Industriais Ltda em Vespasiano; a BEKAERT em Santa Luzia; a General Motors Terex do Brasil em Belo Horizonte; e a Brasox S.A Indústria e Comércio em Contagem, todas com investimentos superiores a cem milhões de cruzeiros de 1974.²⁶

É interessante observar que os novos investimentos industriais vieram ocupar grandes superfícies urbanas, dado o tamanho formidável das plantas de cada unidade, exigindo enormes áreas para circulação, carga e descarga. O próprio perfil produtivo destas novas unidades explica este fenômeno. Trata-se afinal de indústrias vinculadas à produção de máquinas, equipamentos e bens de consumo duráveis (além de bens intermediários) que, por razões técnicas, relacionadas às economias de escala e aos custos fixos de operação e instalação, exigem a implantação do projeto de uma só vez (ao invés de percorrer sucessivas etapas). Tais indústrias, portanto, já nascem grandes.

Explica-se assim porque alguns municípios da Região Metropolitana (especialmente Betim) apresentam vasta superfície ocupada e urbanizada, embora sua população seja pouco expressiva, em termos relativos. O alongamento do tecido urbano, através de amplas instalações industriais, constitui outra característica recente do aglomerado metropolitano de Belo Horizonte, sobretudo na direção de Contagem-Betim.

²⁶ A partir de 1968, ao se expandirem as exportações de capitais pelo excesso de liquidez internacional em países como Japão e Alemanha, por exemplo, Minas Gerais e o Brasil tornaram-se boas opções para o capital estrangeiro. Isto porque possuíam recursos naturais em quantidade, mão-de-obra numerosa e baixos salários, um mercado de consumo em ascensão, além de um quadro de tranquilidade política e social. Minas, que sempre teve sua indústria vinculada ao capital estrangeiro ou ao poder público, se beneficiaria de uma relativa desconcentração industrial de São Paulo, recebendo vários projetos novos, responsáveis pela ampla diversificação de seu parque industrial, que se processa a seguir.

Finalmente, é importante salientar que, com o desdobramento da crise internacional do início dos anos 70, acompanhada pelos aumentos do preço do petróleo, a situação perdeu sua verve ufanista, passando a traduzir um espectro de recessão, com a retração dos investimentos, declínio no crescimento industrial e, consequentemente, aprofundamento da crise a nível local e nacional, especialmente após 1978.²⁷

4.3 A questão urbana e a configuração da RMBH

Pouco antes de eclodir o movimento militar de 1964, a ocupação do solo e a segregação urbana provocaram calorosas discussões, que viriam colocar em grande evidência a questão da reforma urbana.

Em Belo Horizonte o problema das favelas foi tratado de forma variada, desde a pura remoção via polícia, até a formação de um projeto urbanístico amplo que viesse abrigar os moradores das favelas erradicadas.²⁸

O Instituto dos Arquitetos do Brasil (IAB) promovia freqüentes debates sobre o tema, apontando uma série de debilidades comuns ao nosso sistema de cidades, tais como a ausência de instrumentos eficazes de planejamento global; o agravamento das condições de habitabilidade, especialmente nas periferias das grandes cidades; a atuação erosiva da especulação imobiliária; o acentuado crescimento demográfico (ao lado do desenvolvimento da industrialização, urbanização, etc). A entidade chegou a propor a criação de um órgão federal central, que assumisse o planejamento urbano e habitacional, cuidando de aspectos relacionados à legislação urbana e investimentos sociais, de modo a engajar-se decididamente na problemática urbana.

Entretanto, outros setores da sociedade preocupavam-se com a questão dentro de uma outra perspectiva, ou seja, menos social e mais econômico-financeira. Poderosos grupos ligados ao então governador do Rio de Janeiro elaboraram uma proposta que vinculava o problema habitacional à necessidade de se incrementar a indústria da construção civil (que se encontrava em crise). Desta forma, seria assegurada grande oferta de empregos, através de programas de financiamento de casa própria, dotados de mecanismos que protegessem os investimentos contra as freqüentes desvalorizações monetárias (correção monetária).

Ao final das contas, a orientação que vingou e permaneceu foi esta última. A criação do Serviço Federal de Habitação e Urbanismo (SERFHAU) e do BNH, seu agente financeiro, constituiu

²⁷ Com o advento da crise em fins dos anos 70, a economia mineira, dotada de parque industrial bastante integrado e modernizado, passaria a ficar no "compasso de espera", aguardando o desenrolar da crise. Dadas as novas características da estrutura industrial, o Estado era suficientemente capaz de realimentar seu processo de expansão nos anos 80, embora pairem discussões a respeito dessa questão. Ver, a propósito, Diniz, 1981, p.209-212.

²⁸ A equipe técnica ligada à Secretaria do Trabalho e Cultura Popular propôs a transformação da fazenda da Gameleira em área piloto de planejamento habitacional, de modo a abrigar 96.000 pessoas, preferencialmente favelados, protegidos da especulação imobiliária.

a materialização daquela proposta. A tendência à centralização das decisões acabaria sendo continuamente reforçada, quer através dos decretos governamentais que transformavam o Executivo na principal instância de poder da República, quer pelo enfraquecimento dos municípios no que se refere à sua capacidade de arrecadação e de decisão.²⁹

Por outro lado, cabe salientar que, desde fins dos anos 60, quando ocorreu uma elevação dos preços de terrenos de modo geral, novos loteamentos foram aprovados, dando prosseguimento ao processo de conurbação de Belo Horizonte com os municípios vizinhos (Contagem, Betim e Ibirité, de um lado e Santa Luzia, Sabará e Ribeirão das Neves no outro extremo).

Em Belo Horizonte, após 1967, cerca de 74 loteamentos foram aprovados (19.039 lotes), principalmente em direção a oeste (55%), e a norte, nos arredores de Venda Nova. Entre 1969 e 1971, com a euforia reinante no mercado de capitais, ocorre um esfriamento na aplicação de poupanças no setor imobiliário. Concomitantemente aumentava o número de restrições à aprovação de loteamentos em municípios da Região Metropolitana, em função da aprovação da Lei Federal nº 6.766/79,³⁰ e especialmente em decorrência da afirmação e instrumentalização institucional do PLAMBEL no âmbito do espaço metropolitano.

Belo Horizonte há muito se tornara o grande pólo econômico do Estado. Como resultado desse processo de crescimento, sua configuração físico-territorial alterou-se substancialmente, ensejando um novo tipo de organização, necessariamente compreendendo vários municípios conurbados, que no conjunto definem uma outra escala urbana: a região metropolitana (Geiger, 1976, p.123-184). Ver a propósito a evolução recente do aglomerado metropolitano na ilustração da Figura 4.

²⁹ Em pouco tempo a idéia dos planos diretores é substituída por documentos mais ambiciosos que virão esquadrinhar os diversos aspectos da realidade local e regional. O planejamento torna-se local e integrado. Posteriormente, também esta formulação é eliminada em função de uma outra que passaria a privilegiar a ação imediata e os programas setoriais. Em Minas Gerais, a partir de 1970, o planejamento urbano passa a ser atribuição da Fundação João Pinheiro. Outras empresas de planejamento conseguiram sobreviver no mercado até 1975, quando desapareceram ou mudaram de ramo, em face da mudança do enfoque da política urbana no plano federal e dos elevados custos de manutenção de equipamentos e equipes técnicas. A Fundação João Pinheiro (controlada pelo Estado), sediando o corpo técnico e de pesquisa que posteriormente comporá o PLAMBEL, elaborou o plano metropolitano de Belo Horizonte, antecipando-se, nesse aspecto, às principais cidades brasileiras. É com o estabelecimento das áreas metropolitanas e dos órgãos de planejamento urbano centrais, em 1973, que se consolida a importância e lugar dessa temática entre os principais campos de análise das ciências sociais.

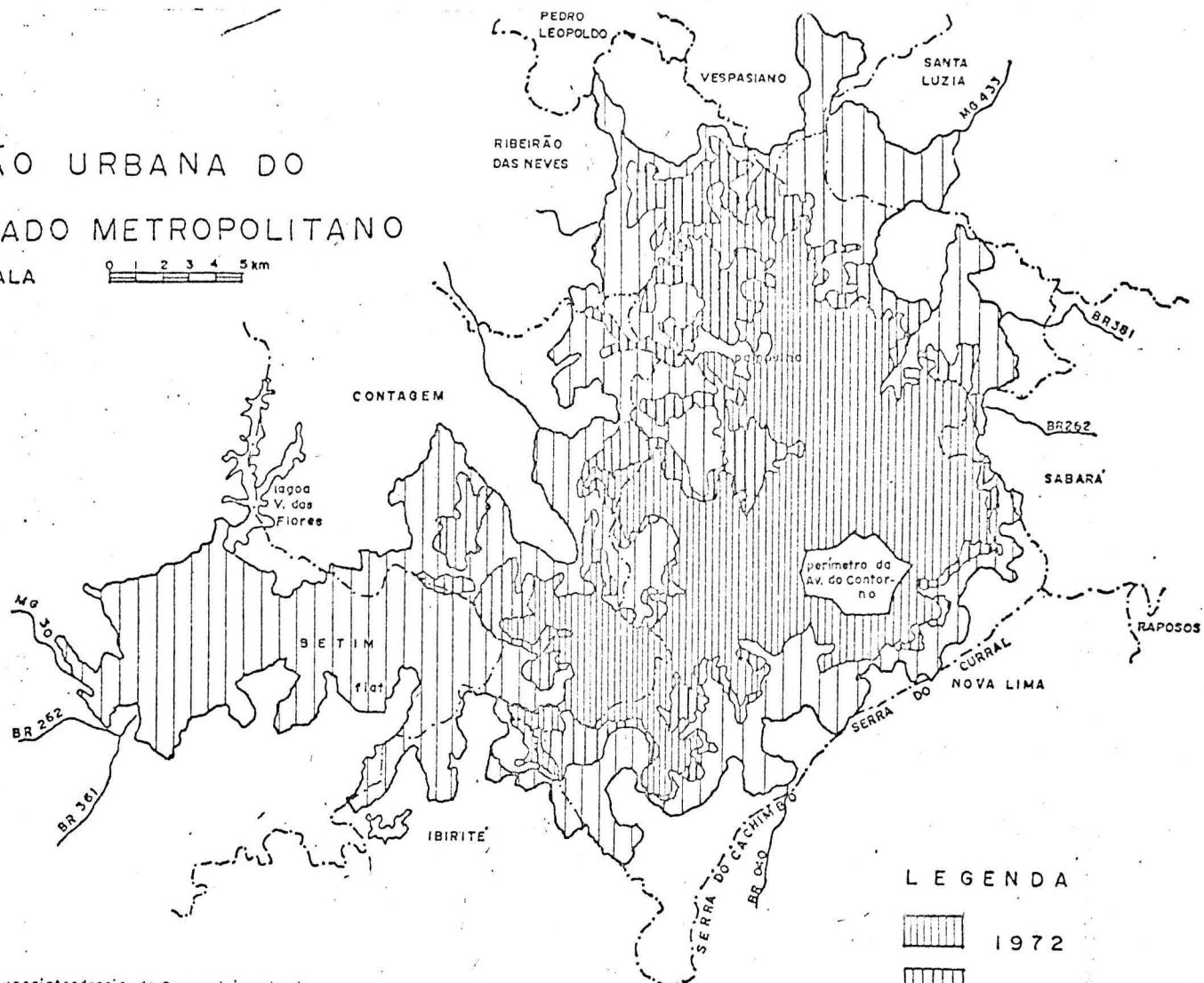
³⁰ Contudo, ainda assim onze loteamentos foram lançados em Belo Horizonte: ao sul, surgiram os bairros Mangabeiras, Novo Sion e Belvedere; a nordeste, o Bairro Nações Unidas (conurbado com Sabará); a nordeste e oeste, Xangrilá e Novo Riacho; ao norte, novos loteamentos na região de Venda Nova. Em Belo Horizonte e Contagem sete loteamentos foram legalizados (4.129 lotes).

Contagem, que durante muito tempo liderou o crescimento populacional e a expansão urbana, passou a experimentar um relativo esgotamento das possibilidades de novos parcelamentos. Sua liderança passou a ser dividida com outros municípios da RMBH, sobretudo durante a década de 70, como foi o caso de Betim, Ribeirão das Neves e Santa Luzia, onde o processo de ocupação clandestina ainda se mostrava persistente. Para maior detalhamento, ver Matos (1984).

FIGURA 4

EVOLUÇÃO URBANA DO
AGLOMERADO METROPOLITANO

ESCALA 0 2 3 4 5 km



LEGENDA

1972

1977

1981

Fonte: PLAMBEL - Superintendencia de Desenvolvimento da
Região Metropolitana

O.B.S.: As manchas de ocupação referem-se a lotamentos legalmente aprovados,
alguns iniciando o processo de ocupação.

O volume de problemas urbanos com que Belo Horizonte se defronta alterou-se em qualidade e intensidade. De um lado, assiste-se ao surgimento de questões inéditas relacionadas à saturação de porções do tecido urbano, através do incremento da ocupação vertical e densificação populacional, comprometendo as redes de infra-estrutura e sistema viário, dificultando a vida dos habitantes, em razão do desconforto, dos crescentes custos de deslocamento e da redução da qualidade do meio ambiente. De outro lado, amplia-se a problemática da ocupação de periferia, a partir da formação de núcleos habitacionais situados nos limites da região metropolitana, freqüentemente em áreas desequipadas, impróprias aos assentamentos urbanos, etc.

Novas e inquietantes situações passam a desafiar a capacidade de resolução das administrações públicas, em especial aquelas vinculadas à deterioração do meio ambiente, que lentamente atuam na geração de deseconomias de aglomeração, reforçando o agravamento das disparidades econômicas e sociais, passando a exigir vultosos recursos financeiros e administrativos para correção e amenização de parte dos novos problemas.

5 CONCLUSÕES

Belo Horizonte, atualmente a terceira metrópole do País, foi planejada para sediar a capital do estado e ser uma espécie de sustentáculo da retomada do desenvolvimento econômico da região. A cidade experimentou um crescimento demográfico tão formidável, ainda em seus primeiros 40 anos de história, que as previsões contidas no plano de Aarão Reis rapidamente se revelaram ultrapassadas.

O arcabouço conceptual do traçado original, ao privilegiar a zona urbana circunscrita pela Av. do Contorno, como espaço por excelência dos prédios governamentais e instalações do comércio principal, propiciou com isso uma valorização crescente dos terrenos urbanos aí contidos, expulsando antigas ocupações incapazes de resistir à pressão imobiliária. Esse componente, aliado à falta de previsão de áreas para os assentamentos da população de menor poder aquisitivo, determinaram uma tipologia de expansão urbana conduzida quase sempre das periferias, incessantemente loteadas, para o centro planejado.

Assim sendo, em pouco tempo Belo Horizonte conviveria com problemas típicos de nossas grandes cidades, quais sejam especulação imobiliária desenfreada, alongamento desmesurado do tecido urbano, loteamentos irregulares e clandestinos em profusão, crescentes custos de urbanização e de manutenção de serviços básicos, déficit crônico de moradias populares, etc. O vertiginoso crescimento populacional, alimentado pelo processo estrutural de migração campo-cidade vis-à-vis a atração exercida pela Capital em formação, somou-se ao quadro anterior emprestando-lhe mais contudência e gravidade.

Condições topográficas favoráveis, ao lado dos investimentos públicos em obras estratégicas fizeram com que a expansão urbana se direcionasse sobretudo para os vetores Oeste e Norte.

Exemplos nesse sentido foram: a ampliação das conexões rodoviárias, com um vasto hinterland, desde as primeiras décadas deste século; abertura da Av. Amazonas a Oeste e Av. Antônio Carlos ao norte; implantação do complexo da Pampulha a partir dos anos 40; instalação da "cidade industrial" em Contagem, etc.

Fato é que Belo Horizonte, de primeira cidade brasileira criada deliberadamente através de um plano urbanístico, já por volta dos anos 30 carecia de ações interventoras que pudessem corrigir distorções e anomalias expressas em sua configuração físico-territorial. O volume de problemas e o contínuo crescimento urbano ensejaram vários tipos de tratamento e cirurgias, que todavia se mostraram insuficientes para responder a demandas múltiplas, diversas e inusitadas.

A restauração definitiva do planejamento urbano só foi entretanto efetivada em época recente, quando a dimensão dos problemas ganhou a escala metropolitana e o governo federal passou a adotar um conjunto de medidas específicas focalizando os grandes centros urbanos do País. O aval do governo central foi decisivo para a constituição de novos órgãos incumbidos do gerenciamento e controle do uso e ocupação do solo urbano; parcelamento de áreas metropolitanas; sistema de trânsito e transporte; saneamento básico; meio ambiente, etc.

A quantidade de agências setoriais, encarregadas de níveis diferenciados de ação e planejamento se faz necessária em face do tamanho e complexidade que representam as relações econômicas cristalizadas atualmente na Região Metropolitana de Belo Horizonte.

É útil recordar, à propósito, que muitas das dificuldades que foram se acumulando ao longo da evolução da cidade devem ser debitadas ao próprio ritmo do crescimento econômico manifesto em vários momentos de sua história.

Se, durante bom tempo, Belo Horizonte apresentou um setor terciário expressivo (muitos empregos públicos, escolas, casas de saúde, comércio em expansão, etc.), cedo ainda, ela passaria a conviver com os impactos da industrialização. A partir de 1920 e, sobretudo nos anos 30, a indústria local e regional desenvolveu-se decisivamente, multiplicando o número de empregos urbanos, aumentando o fluxo de riqueza regional, atraindo populações e estimulando obviamente o próprio crescimento do setor terciário.

Em menos de 50 anos, a cidade além de se constituir num poderoso pólo comercial regional, tornou-se também o mais importante núcleo industrial do Estado.

Favorecida por leis e incentivos da órbita federal, estadual e municipal, a Capital gradativamente aglutinaria o desenvolvimento industrial dirigido a uma especialização setorial (metallurgia, bens intermediários, etc.), coroando antigas aspirações de seus fundadores quando sonhavam com a ressurreição da economia mineira.

A partir da II Guerra Mundial, uma soma de fatores contribuíram para essa afirmação industrial: diversificação e aumento da produtividade nas siderurgias mineiras; criação e operação da CEMIG; emergência de uma nova ordem internacional do trabalho; execução do Plano de Metas; incentivos aos investimentos estrangeiros; implantação da USIMINAS, etc.

Após 1964, a hegemonia da indústria no Brasil ficaria selada de forma incisiva. As associações do Estado com o capital estrangeiro e nacional trouxeram vários grandes investimentos industriais para Minas Gerais, e Belo Horizonte em particular.

O "milagre econômico" produziu efeitos múltiplos sobre as grandes metrópoles brasileiras. De um lado ampliou o universo de consumo das classes médias, aquecendo a produção de bens duráveis (automóveis, eletrodomésticos, etc.), além de favorecer os investimentos em construção civil para mercados de alta renda (financiamentos através do B.N.H.). Isto iria fazer aumentar as densidades habitacionais nas áreas centrais das cidades e, simultaneamente, elevar em muito os níveis de circulação de veículos (que exigiram por sua vez obras várias como viadutos, túneis, alargamento de ruas, etc.). De outro lado, o caráter excludente do modelo econômico acarretou um grande empobrecimento das camadas de assalariados de baixa renda, marginalizando-os em termos de consumo, reduzindo continuamente seus níveis de remuneração, o que os obrigava a utilizar de numerosas horas extras (note-se que a indústria nacional estava em pleno auge) como estratégia de sobrevivência. Neste período, a região metropolitana conviveu com uma grande expansão dos assentamentos populares de periferia e a inusitada proliferação de favelas em áreas bem distanciadas do centro.

Atualmente os problemas de Belo Horizonte, ampliados em sua escala, estão a exigir soluções novas e democráticas que levem em conta, não só a importância da metrópole dentro do sistema urbano nacional, mas sobretudo a ameaça latente que o aguçamento desses conflitos pode apresentar, ao comprometer o desempenho da economia urbana e a qualidade de vida da população.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANNUARIO DE MINAS GERAES. *Belo Horizonte*: Imprensa Official do Estado, 1906.
- BARRETO, Abílio. *Belo Horizonte*: memória histórica e descriptiva. 2.ed. Belo Horizonte: Rex, 1936. 2v.
- BARRETO, Abílio. *Resumo histórico de Belo Horizonte (1701-1947)*. Belo Horizonte. Ed. Liv. Rex, 1948. p.143.
- BELLO HORIZONTE. Prefeitura Municipal. *Coleção das leis do Conselho Deliberativo de Belo Horizonte - 1900-1911*. Belo Horizonte [s.d.] Leis de nº 1 a 53.
- BELLO HORIZONTE. Prefeitura Municipal. *Relatório da gestão de Cristiano Machado (1926/1929)*. Belo Horizonte, 1929.
- BENÉVOLO. *As origens da urbanística moderna*. Lisboa: Presença, 1981. p.20-60.
- DINIZ, Clélio Campolina. *Estado e capital estrangeiro na industrialização mineira*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1981. p.59-60.
- FERRARI, Celso. *Curso de planejamento municipal integrado*. 2 ed. São Paulo: Livraria Pioneira, 1979. p.297-345.
- FURTADO, Celso. *Análise do modelo brasileiro*. 5 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975, p.27-55.
- GEIGER, P. Pinchas. *Reorganização do espaço no Brasil*. Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1976. (Série Monográfica, 22).
- GIANETTI, Américo R. *Plano-programa de administração para Belo Horizonte*: tip. da Prefeitura, 1951.
- MATOS, R. E. S. *Impactos da legislação urbanística de Belo Horizonte*. Belo Horizonte, 1984. Tese (Mestrado) Universidade Federal de Minas Gerais-CEDEPLAR.
- MELLO, João C. *O capitalismo tardio*. São Paulo, 1975. Tese (Doutorado) Universidade Estadual de Campinas.
- MOURÃO, Paulo K. Correia. *História de Belo Horizonte - 1897-1930*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1970. p.167.
- OLIVEIRA, Francisco de. *Economia da dependência imperfeita*. Rio de Janeiro: Graal, 1977.
- OLIVEIRA, Francisco. O estado e o urbano no Brasil. *Espaço & Debates*, São Paulo, n.6, p.36-54, jun./set.1982.
- PLAMBEL. Belo Horizonte. *O mercado da terra na região metropolitana de Belo Horizonte*. Belo Horizonte, 1978.
- REVISTA SOCIAL TRABALHISTA, Belo Horizonte, nº 59 ed. comemorativa do cinqüentenário de Belo Horizonte (1897-1947) dez. 1947, p.102.
- SANTOS, Milton. *Manual de geografia urbana*. São Paulo: HUCITEC, 1981. cap. 2 e 6.
- SHIMIDT, B. Viero. A politização do espaço urbano no Brasil. *Espaço & Debates*, São Paulo, v.5, p.5-30, mar./jun.1982.
- SILVA, Sérgio. *Expansão cafeeira e origens das indústrias no Brasil*. São Paulo: Alfa-Omega, 1978. p.94-97.
- SINGER, Paul. *Desenvolvimento econômico e evolução urbana*. São Paulo: Companhia Ed. Nacional, 1977.
- SINGER, Paul. *O milagre brasileiro: causas e conseqüências*. São Paulo: Brasiliense/CEBRAP, 1975.
- VASCONCELLOS, Sylvio de. Pequena apreciação, talvez injusta sobre arquitetura em Belo Horizonte. *Revista Social Trabalhista*. Belo Horizonte, n.59 ed. especial de cinqüentenário de Belo Horizonte, 1897-1947, p.169-170, 1947.